

**DISCURSO PRONUNCIADO  
NA UNIVERSIDADE DE  
MADRID DOUTORAMENTO  
HONORIS CAUSA**

Senhoras e Senhores:

Vem sendo sempre para mim um momento importante, cheio de emoção e de alegria, mas também de responsabilidade, o em que recebo homenagens como esta, de Universidades estrangeiras e brasileiras. Homenagens que me fazem, de um lado, pensar no que elas têm ou representam de reconhecimento ou de apoio a algumas das minhas ações ou reflexões no campo da Pedagogia, ao longo de minha vida; de outro, no que elas significam de desafio a que eu continue fiel a meus sonhos, mas também ao esforço de torná-los possíveis. Entendo também que homenagens como esta trazem em si um recado fundamental aos homenageados. Um apelo aos homenageados. É como se elas lhes dissessem: "Valeu um pouco o que vocês fizeram. Mas não basta. Não parem onde estão. As homenagens, enquanto festas públicas que se lhes fazem, pretendem igualmente cobrar de vocês que continuem vivos, que não se deixem imobilizar no que já fizeram." Por isso é que jamais me envolvo nelas como se elas fossem uma canção de louvor a meus feitos. Daí que me pergunte se, sobretudo, estarei à altura delas.

Creio que a primeira condição para que me ponha à altura da homenagem que a Universidade de Madrid me presta ao fazer-me um de seus doutores *honoris causa*, é guardar vivos, dentro de mim, não como um adorno, mas como razão de ser de minha própria

presença no mundo, o sentido e a força da esperança, sem a qual não há sonho possível nem tampouco utopia. A esperança, que não se vive na pura espera, mas na espera em que se atua e se produz conhecimento é um ingrediente indispensável à existência, algo maior que a vida mesma. Não há existência humana, portanto história, sem esperança. O que há, na história, são momentos de desesperação que não se tornam, contudo, suficientes para apagar da história a esperança enquanto uma de suas conotações. A esperança faz parte da natureza do ser da existência e da história. Por isso mesmo é que privar homens e mulheres, classes sociais, nações do direito de experimentar-se esperançosamente no mundo e do dever de lutar por esse direito é em si uma ofensa, um crime, um desrespeito não apenas aos a quem se nega esse direito mas à vida, à existência mesma.

Os homens e as mulheres somos seres históricos precisamente porque mais, muito mais do que simplesmente ao mundo nos adaptarmos, nos tornamos capazes, na própria história, de fazê-la e, assim, nos refazermos. E não é possível fazer história e nela nos refazermos sem sonho e sem utopia. Sem sonho e sem utopia o que uma geração chegada ao mundo teria a fazer seria simplesmente se ajustar ao que encontrasse feito pela anterior. Se, por um lado, não é possível à geração que chega prescindir do que encontra feito, se anularia e terminaria por imobilizar a história se, de outro, servindo-se do encontrado não buscasse ir mais além do que achou. Não há, porém, ir mais além sem sonho nem utopia na existência humana porque, entre nós, mulheres e homens, “ir mais além” não se encontra determinado por nossa espécie. Somos históricos e temos historicidade. Por isso, não *somos, estamos sendo.*

Sem sonho e sem utopia, as únicas possíveis mudanças que a geração recém-chegada ao mundo imprimiria aos achados das anteriores seriam devidas ao que “sobrasse” do processo mesmo de adaptar-se ao encontrado. A negação do sonho e da utopia, a defesa da morte da História e das ideologias que alguns discursos “modernizantes” apregoam, significam a reedição, com roupagem diferente, da compreensão mecanicista da história, que, negando nela o papel fundamental da subjetividade, terminou por negar a liberdade humana.

Negando rechaçando a compreensão mecanicista da história, a entendemos como um tempo/espço de possibilidades e não de determinismo. A História não é um *dado* nem um *pré-dado* a que nos acomodemos tão melhor quanto possamos. Pelo contrário, é um *dando-se* em que, como sujeitos, reconhecendo-nos como objetos condicionados, nos tornamos capazes de nos inscrever num permanente processo de libertação.

Não tenho dúvida de que a pós-modernidade, recusando as posturas sectárias, demasiado certas de suas certezas, não importa de que posição político-ideológica, de direita ou de esquerda, reacionárias ambas, se abre hoje para outra atitude. A pós-modernidade, como a entendo, se caracteriza por não se achar muito certa de suas certezas sem que isso signifique resvalar para um cinismo um indiferentismo descomprometido. Recusar o estar demasiado certo das certezas não significa, primeiro: negar as certezas que tenhamos, mas estar abertos a superá-las; segundo: respeitar as certezas dos outros, somente como se faz possível o diálogo em torno dos sonhos diferentes.

A modernidade, exagerada na defesa de suas certezas, a que a chamada rigrosidade científica deu grande contribuição, vem sendo hoje abalada, felizmente. A

postura científica rigorosa hoje, na pós-modernidade, é exatamente a que nega a absolutização do conhecimento e reconhece sua historicidade. A ciência não é um “*a priori*” da História, os achados dos cientistas são históricos e têm, por isso mesmo, historicidade. O conhecimento não é. Está sendo.

Estas considerações falam de como venho, cada vez mais, pensando e atuando como educador, como político, enquanto educador e também enquanto gente.

Não posso compreender-me como nenhuma dessas dimensões da totalidade de meu estar sendo no mundo fora ou sequer longe da luta legítima e possível, por um mundo menos malvado, menos injusto, menos racista, menos machista, por um mundo mais decente, mais autenticamente democrático em que seja menos difícil amar e conhecer.

Madrid, 16 de dezembro de 1991

(Ao ser lido, este texto foi comentado e ampliado pelo autor)

## OS QUINHENTOS ANOS DE CONQUISTA

Ao começar a tentativa de resposta às perguntas que me foram colocadas em torno do V Centenário do chamado "Descobrimento da América", minha primeira reflexão ou, talvez mais precisamente, minha primeira afirmação é a de que o passado não se muda. Compreende-se, recusa-se, aceita-se, mas não se muda.

É com esta compreensão, no fundo óbvia, da chegada do colonizador que, na verdade, não "descobriu", mas conquistou a América, que ensaiarei minhas respostas.

A primeira questão já está em parte respondida nesta espécie de introdução sumária às minhas respostas. Não penso nada sobre o "Descobrimento" porque o que houve foi conquista. E sobre a conquista, meu pensamento, em definitivo, é o da recusa. A presença predatória do colonizador, seu incontido gosto de sobrepor-se, não apenas ao espaço físico mas ao histórico e cultural dos invadidos, seu mandonismo, seu poder avassalador sobre as terras e as gentes, sua incontida ambição de destruir a identidade cultural dos nacionais, considerados como inferiores, quase bichos, nada disso pode ser esquecido quando, distanciados no tempo, corremos o risco de "amaciá-la" a invasão e vê-la como uma espécie de presente "civilizatório" do chamado velho mundo.

Minha posição hoje, decorridos 500 anos da conquista, não sendo a de quem se deixe possuir pelo ódio aos europeus, é a de quem não se acomoda diante da malvadez intrínseca a qualquer forma de colonialismo, de invasão, de expoliação. É a de quem recusa

encontrar positivities em um processo por natureza perverso.

Não serão pois os 500 anos que nos separam da chegada invasora, que me farão bem-dizer a mutilação do corpo e da alma da América e cujas mazenias carregamos hoje ainda.

O corpo e a alma da América, o corpo e a alma de seus povos originários, assim como o corpo e a alma dos homens e das mulheres que nasceram no chão americano, filhos e filhas de não importa que combinações étnicas, o corpo e a alma de mulheres e homens, que dizem *não* à dominação de um Estado sobre o outro, de um sexo sobre o outro, de uma classe social sobre a outra sabem, o corpo e a alma dos progressistas e das progressistas, o que representou o processo de expansão européia que trazia em si as limitações que nos eram impostas. E porque sabem não podem bem-dizer os invasores nem a invasão. Por isso mesmo é que a melhor maneira, não de festejar os 500 anos de invasão, não cruzando, porém, os braços diante dos festejos a eles feitos, seria homenagear a coragem, a rebeldia, a decisão de brigar, a bravura, a capacidade de lutar contra o invasor; a paixão pela liberdade, de índios e índias, de negros e negras, de brancos e brancas, de mamelucos, que tiveram seus corpos rasgados, seus sonhos despedaçados, suas vidas roubadas.

Seus gestos de rebeldia se repetem hoje na luta dos "sem terra", "dos sem escola", dos "sem casa", dos favelados; na luta contra a discriminação racial, contra a discriminação de classe, de sexo.

Eu comemoro não a invasão mas a rebelião contra a invasão. E se tivesse de falar dos principais ensinamentos que a trágica experiência colonial nos dá eu diria que o primeiro e mais fundamental deles é o

que deve fundar a nossa decisão de recusar a exploração, a invasão, de classe também, como invasores ou invadidos. É o ensinamento da inconformidade diante das injustiças, o ensinamento de que somos capazes de decidir, de mudar o mundo, de melhorá-lo. O ensinamento de que os poderosos não podem tudo; de que os frágeis podem fazer, na luta por sua libertação, de sua fraqueza a força com a qual vencem a força dos fortes.

É este aprendizado que eu comemoro. Certamente o passado jamais passa no sentido que o senso comum entende por *passar*. A questão fundamental não está em que o passado passe ou não passe, mas na maneira crítica, desperta, com que entendamos a presença do passado em procedimentos do presente. Neste sentido o estudo do passado traz à memória de nosso corpo consciente a razão de ser de muitos dos procedimentos do presente e nos pode ajudar, a partir da compreensão do passado, a superar marcas suas. A compreender, no caso, por exemplo, do passado da conquista como, sem dúvida, ela se repete hoje, de forma diferente, às vezes. É exatamente porque o passado se faz presente, seja o passado do conquistador, seja o do conquistado, que os quilombos, momento exemplar da luta dos conquistados, se repetem hoje nas lutas populares no chão da América. A conquista atual, que prescinde do corpo físico do conquistador, se dá pela dominação econômica, pela invasão cultural, pela dominação de classe, através de um sem número de recursos e instrumentos de que os poderosos, neoimperialistas, se utilizam. Entre eles, os instrumentos assistencialistas, os empréstimos de que resulta o endividamento crescente dos submetidos. Para isto tudo, os poderosos de hoje, como os de ontem, contam com algo de importância fundamental: a conivência dos dominados, en-

quanto seres duais. Por isso mesmo têm também de enfrentar o gosto de liberdade dos oprimidos, dos invadidos, dos deserdados, com que estes, despertos, de pé, às vezes, na sombra, taticamente silenciosos, "azucrinam" a cabeça dos poderosos. E é exatamente esta vontade de ser nós mesmos e este desejo forte, alentados pelo sonho possível, pela Utopia tão necessária quanto viável, que marchamos os progressistas e os progressistas destas Terras de América, para a concretude, a realização dos sonhos dos Vascos de Quiroga y Tupac, dos Bolívaes, dos San Martín, dos Sandinos, dos Tiradentes, dos Che, dos Romeros.

O futuro é dos Povos e não dos Impérios.

São Paulo, abril de 1992